

**CAPÍTULO XIII
DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Art.80. Em razão da prestação dos serviços prestados pela ADAPI, serão cobrados os valores constantes do Anexo I deste Regulamento, de conformidade com as Leis nº 5.491 de 26 de agosto de 2005, e 4.257, de 06 de janeiro de 1988, alterada através da Lei 5.321, de 19 de agosto de 2003.

Parágrafo único.Os serviços a que se refere este artigo são:

- I – análise de agrotóxicos ou afins, constituindo:
- a) análise do processo de cadastro de agrotóxicos e afins;
- b) emissão de certificado de cadastro de agrotóxicos e afins;
- II – alteração de cadastro de agrotóxicos e afins;
- III – cadastro de estabelecimento de venda de agrotóxicos e afins;
- IV – renovação de cadastro de revenda de agrotóxicos e afins;
- V – alteração de cadastro de estabelecimento de vendas de agrotóxicos e afins;
- VI – cadastro de prestador de serviços na aplicação de agrotóxicos e afins;
- VII – alteração de cadastro de prestador de serviços na aplicação de agrotóxicos e afins;

Art. 81. Caso a prestação do serviço seja executada sem o pagamento imediato pelo beneficiário do serviço realizado, na hipótese de não recolhimento à conta arrecadadora da ADAPI no prazo de 30 (trinta) dias, o débito será protestado e executado judicialmente.

**CAPÍTULO XIV
DISPOSIÇÕES FINAIS**

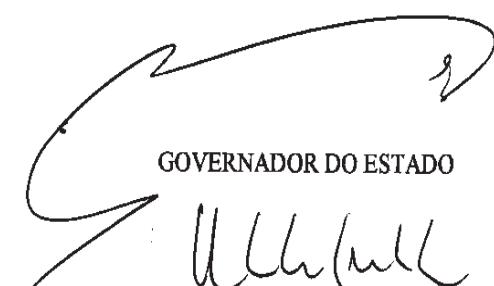
Art. 82. As receitas decorrentes da prestação de serviços de que trata este Decreto, serão aplicadas exclusivamente na manutenção, melhoria, reaparelhamento e expansão das atividades de controle de Agrotóxicos, seus correspondentes e afins.

Art. 83. O proprietário do imóvel, o meeiro, o arrendatário e o prestador de serviços de aplicação de agrotóxico ou afim deverão manter sistema de prevenção de acidentes definido pelo órgão competente.

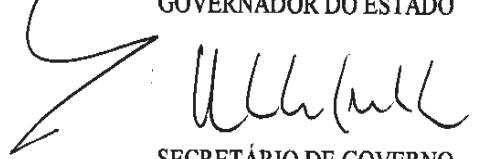
Art. 84. Os casos omissos neste Regulamento serão dirimidos pela ADAPI pelos executores das normas dele constantes.

Art. 85. Este Regulamento entra em vigor na data da publicação do Decreto que o aprova, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 14 de abril de 2008.



GOVERNADOR DO ESTADO



SECRETÁRIO DE GOVERNO

ANEXO I – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

FATO GERADOR – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	CONTROLE DE AGROTÓXICO	UFR-PI
Cadastro de Agrotóxicos e afins: análise do processo de cadastramento de agrotóxicos e afins		150
Cadastro de Agrotóxicos e afins: emissão de certificado de cadastro de agrotóxicos e afins		150
Alteração de Cadastro de Agrotóxicos e afins		150
Cadastro de estabelecimento de vendas de agrotóxicos e afins		150
Renovação de cadastro de revenda de agrotóxicos e afins		75
Alteração de cadastro de estabelecimento de vendas de agrotóxicos e afins		100
Cadastro de prestador de serviços na aplicação de agrotóxicos e afins		150
Alteração de cadastro de prestador de serviços na aplicação de agrotóxicos e afins		100

ANEXO II - MULTAS

INFRAÇÃO	VALOR EM UFR-PI
I- INFRAÇÕES LEVES (MULTA DE 100 a 2.000 UFR-PI)	
1- não comunicação de alteração de cadastro no prazo de 30 (trinta) dias, de empresas prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos, seus componentes e afins, tratamentos fitosanitários de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado que executem atividades relacionadas com a produção, manipulação, importação, exportação, armazenamento e comercialização de agrotóxicos e afins;	300
2- ausência de controle de estoque e das quantidades comercializadas de agrotóxicos ou afins;	400
3- não remeter o controle de estoque no prazo previsto	300
4- comercialização ou armazenamento de agrotóxicos ou afins com validade vencida ou com identificação incompleta	2.000
5- falta de exposição, em local visível do certificado de cadastro estadual	200
6- não identificação da área de armazenamento e da exposição para o comércio de agrotóxicos ou afins	300
7- comercialização de agrotóxicos e afins para estabelecimento não cadastrado para esse fim;	2.000
8- transporte de agrotóxicos ou afins em veículos coletivos de passageiros, em cabines e outros tipos de veículos fechados;	200
9- transportar agrotóxicos ou afins não acondicionando as embalagens dos produtos de modo a provocar danos ao ambiente; animais ou humanos;	500
10- transportar agrotóxicos ou afins sem observância e cumprimento das regras e procedimentos para transporte de produtos perigosos, na forma da legislação em vigor;	600
11- não constar o número do receituário agronômico no corpo do documento fiscal de venda ou transferência;	200
12 - não constar o número do cadastro de estabelecimento no corpo da nota fiscal;	200
13 - prescrever agrotóxicos ou afins sem visitar o local da aplicação do produto;	300
14 - Não comunicar o órgão fiscalizador o rompimento de embalagem de produtos agrotóxicos ou afins por acidente;	400
15- estabelecimento que deixar de comunicar o fabricante, distribuidor ou o revendedor via expediente formal, por escrito, com fins de recolhimento, num prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do vencimento do prazo de validade do agrotóxico;	300
16- postar ou unidade de recolhimento de embalagens vazias que deixar de apresentar controle das quantidades e tipos de embalagens recebidas e encaminhadas a destinação final;	1.500
17- deixar de utilizar os equipamentos de proteção individual no momento do preparo da calda ou da aplicação de agrotóxicos;	400
18- ausência de EPI's no atendimento a disposição dos funcionários.	200
II- INFRAÇÕES GRAVES (MULTA DE 2.001 a 5.000 UFR-PI)	
19- receber agrotóxico ou afim em desacordo com a legislação vigente ou prescrita sem observância de recomendações de uso aprovada em legislação federal e sem que o produto seja cadastrado no estado	2.100
20- descarte de sobras e resíduos de agrotóxicos ou afins em desacordo com a orientação técnica do fabricante ou dos órgãos de agricultura, saúde e meio ambiente;	3.200
21- descarte ou reutilização de embalagem rígida de agrotóxicos ou afins que contiverem formulações miscíveis ou dispersíveis em água sem realização da triplice lavagem e em desacordo com a orientação do fabricante;	2.500
22- venda ou aplicação de agrotóxico e afim sem receita ou em desacordo com ela, bem como não devolução do produto com validade vencida;	3.500
23- prescrição de receita agronômica por profissional não habilitado;	5.000
24- exposição de agrotóxico ou afim ao lado de produto alimentício;	4.000
25- estabelecimento comercializando agrotóxico ou afim e alimento para consumo humano;	4.000
26- expor, armazenar ou depositar agrotóxicos ou afins em desacordo com a legislação vigente;	2.500
27- omissão ou prestação de informação incorreta por ocasião do cadastro de agrotóxico e afim;	5.000
28- falta de cadastro de agrotóxicos e afins	5.000
29- comercialização ou armazenamento de agrotóxico e afim sem rótulo ou bula, com rasura no rótulo ou fora de especificação	3.000
30- inobservância do período de carência após a aplicação de agrotóxico ou afim;	3.000
31- não-fornecimento, pelo empregador, de equipamento de proteção ao trabalhador ou ao aplicador de agrotóxicos ou afins;	3.500
32- utilização de equipamento de proteção e de aplicação de agrotóxico ou afim com defeito ou sem manutenção;	2.500
33- comercializar produtos vegetais, seus subprodutos ou suas partes com níveis de resíduos de agrotóxicos, seus componentes e afins, fora dos limites máximos estabelecidos pela legislação em vigor;	4.800
34- comercialização ou exposição ao comércio de agrotóxico ou afim com embalagem danificada;	3.100
35- não-devolução, pelo usuário, da embalagem vazia de agrotóxico ou afim no prazo estipulado;	2.200
36- não-recolhimento, pelo comerciante, de embalagem vazia de agrotóxico ou afim;	3.100
37- estabelecimento comercial que não possuir depósito de embalagens vazias de agrotóxicos e afins;	3.000
38- não-recebimento e/ou não-recolhimento pelo fabricante ou distribuidor de agrotóxicos ou afins com validade vencida, cadastro cancelado, produtos apreendidos pela ação fiscalizadora e embalagem vazia;	5.000
39- empresas fabricantes e/ou registrantes de agrotóxicos, seus componentes e afins que deixarem de apresentar e promover ações educativas, voltadas principalmente às crianças e aos jovens, com o objetivo de orientá-los no uso adequado de agrotóxicos e na criação de hábitos de preservação do meio ambiente;	5.000
40- estabelecimento comercial de agrotóxicos ou afins que possuir guardar e utilizar receituário agronômico com assinatura em branco;	4.700
41- venda ambulante de agrotóxicos ou afins;	3.000
42- assinatura de receituário em branco por responsável técnico legalmente habilitado;	4.700
43- empresas aéreas prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos seus componentes e afins, sem responsável técnico legalmente habilitado;	2.800
44- comercializar, armazenar e utilizar agrotóxicos e afins, formulado com especificação diferente da constante no seu registro;	5.000
45- falta de cadastro do estabelecimento comercial ou da empresa prestadora	2.500